

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE EXTENSÃO E CULTURA DA UNIVERSIDADE**
2 **FEDERAL DE SÃO PAULO (COEC), REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2016.** Aos dez dias do
3 mês de março do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de São Paulo, sito à Rua Sena Madureira,
4 1500 no Auditório da Reitoria da Unifesp, reuniram-se os senhores membros do Conselho de
5 Extensão e Cultura da UNIFESP - COEC, sob a presidência da Pró-Reitora de Extensão e Cultura,
6 Prof.^a Dr^a Florianita Coelho Braga Campos. **Estiveram presentes:** Gilmar Fernandes do Prado,
7 Maria Magda Ferreira Gomes Baliero, Mariana Chaves Aveiro, Katiucia Zigiotto, Maria Elizete Kunkel,
8 Sergio Stoco, Ligia Ajaimé Azzalis, Julio César Zornenon Costa, Cintia Rejane Möller de Arujo, Fábio
9 Veiga Sparapani, Solange Guizilini, Fábio dos Santos Motta, Patricia Grechi dos Santos Barbosa.
10 **Justificaram:** Daniel Arias Vazquez, Luís Fernando Prado Telles e Gilberto dos Santos. **Não**
11 **justificaram:** Emilia Inoue Sato, Bartira de Aguiar Roza, Adriana Regina Braga, Fabricio gobetti
12 Leonardi e Nathalia Evelyn Firmino. **Convidados presentes:** Raiane Patrícia Severino Assumpção e
13 Maria Tereza Lopes Migliano. Tendo verificado que havia *quorum* a Pró-Reitora de Extensão iniciou
14 a sessão Informes: **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** - A presidente lembrou ao
15 conselho que existe um cronograma para elaboração e aprovação do PDI.No ano passado o COEX
16 recebeu o Prof. Esper, Pró Reitor de Planejamento, que explicou os diversos aspectos desta
17 empreitada. Naquela época a Pró Reitoria de Extensão fez uma primeira versão do PDI e a enviou
18 aos conselheiros, sendo que esta versão foi revista, e embora existisse o desejo de compartilhar e
19 enviar aos e-mails dos conselheiros no encerramento do ano de 2015, a ampla discussão do
20 regimento e o tempo despendido para isso dificultou a discussão do PDI. Para o desenvolvimento
21 houve um consolidado da equipe responsável por escrever o PDI, e eles tentaram adequar o texto
22 conversando com cada setor, mas a discussão ainda continua com diretorias e pró-reitorias.
23 Comunicou que no próximo dia 18 de março, no auditório da reitoria, ocorrerá oficinas para debater o
24 PDI com a comunidade interna, todos vão ter acesso ao consolidado e frisou que é de suma
25 importância que as Câmaras de Extensão e os conselheiros possam ler e participar, pois o PDI tem
26 que ser construído passo a passo, com participação de todos, principalmente a nossa leitura com o
27 viés e responsabilidade da extensão. Em seguida informou que o consolidado ainda não foi finalizado
28 por isso não o enviou aos conselheiros. Prof. Sérgio informou que a Câmara do Campus Diadema
29 fez várias observações sobre o PDI, levando em consideração os aspectos do Plano Institucional a
30 curto, médio e longo prazo, mas existe a dúvida de quando e como poderá enviar estas reflexões.
31 Profa. Florianita sugeriu que envie para a PROPLAN e que compartilhe com os conselheiros por e-
32 mail para conhecer o trabalho feito pela câmara. Prof. Cintia manifestou interesse em ter a conversa
33 sobre o PDI mesmo que informalmente. Prof. Ligia comunicou que já enviou as reflexões sobre PDI
34 feito pela Câmara de Diadema. Katiucia comunicou que o PDI da Câmara do Campus de São José
35 dos Campos já passou em todas as instâncias, agora com a alteração da nomenclatura da Pró
36 Reitoria de Extensão e Cultura o trabalho feito não previu uma programação para esta área e
37 questionou se ainda pode revisar e incluí-la. Profa. Florianita informou que o texto da Pró-Reitoria já
38 contempla a área da Cultura e deseja que as câmaras também desenvolvam; complementou que
39 seria relevante levantar esta questão na reunião de 18 de março. Prof. Sergio informou sobre o
40 **evento sobre a Reorganização da Rede Estadual de Educação de São Paulo**, proposto por um
41 grupo de pesquisadores de diversas universidades e credenciado pela Câmara de Extensão de
42 Diadema, acontecerá no dia 16 de abril no Campus São Paulo. Relembrou o posicionamento

43 favorável do COEX e do CONSU em 2015 quando houve a mobilização de alunos com paralização
44 das escolas estaduais, e indagou como proceder para ter apoio da UNIFESP. Profa. Florianita disse
45 que o evento já está cadastrado então a PROEC já é apoiadora. Prof. Gilmar – sendo aprovado a
46 divulgação aqui no COEX acha difícil a UNIFESP ser contrária e disse que a proposta pode ser
47 aprovada neste conselho. Profa. Ligia então questionou se poderia divulgar mesmo sem a
48 aprovação do conselho. Profa. Raiane esclareceu que não precisa da aprovação aqui no conselho,
49 pois à medida que já foi credenciado e aprovado já pode divulgar e a certificação será pela
50 UNIFESP. Profa. Elizete questionou ao conselho sobre os **logotipos das Câmaras de Extensão e**
51 **Cultura** e de como procederemos com o logo das câmaras - se cada câmara terá um logo ou um
52 será confeccionado um único para todas as câmaras usarem. Prof. Gilmar se manifestou favorável
53 que cada câmara tenha um logotipo. Profa. Florianita também concordou que cada câmara tenha um
54 logotipo, mas este assunto precisa ser consultado com o setor de Comunicação da UNIFESP, pois
55 há regras e padronizações que precisam ser respeitadas e no DCI pode dar estas orientações. Prof.
56 Sergio ressalta que como nos regimentos existem as instâncias que devem ser respeitadas, sendo
57 que o conselho pode definir e propor; mas este órgão, o DCI, irá avaliar se as cores e padrões estão
58 adequados. Profa. Florianita destacou que os campi são temáticos então votou a proposta de que
59 cada câmara tenha um logotipo, sendo que houveram 9 votos a favor e 4 abstenções. **Pauta 1)**
60 **Termo de Cooperação com a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo** - Profa.
61 Raiane apresentou a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, órgão responsável
62 por realizar atividades formativas, sobre várias temáticas, para servidores e munícipes, para isso há
63 contratação professores para palestras e cursos. Diante da expressiva e crescente demanda as
64 atividades presenciais tem apresentados limitações pela estrutura física, o que levou a buscarem na
65 UNIFESP as possibilidades de cursos à distância em temáticas que atendessem a proposta
66 pedagógica na escola. A partir das reuniões realizadas entre as partes encaminhou-se a proposta de
67 um curso sobre a temática “Direitos Humanos, como piloto, com três módulos de 30 horas cada,
68 sendo que 1/3 das vagas ofertadas serão destinadas para pessoas da UNIFESP, podendo ser
69 estudantes e técnicos. Sendo assim, cada módulo terá 150 vagas, dessas 50 vagas serão para a
70 universidade – 30 estudantes e 20 técnicos. Finalizou, ressaltando que a efetivação do termo de
71 cooperação entre a UNIFESP e a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo
72 necessita da aprovação do respectivo. Profa. Florianita destacou que na UNIFESP há uma série de
73 cursos extensionistas que podem conversar com as Escolas de Governo, Com Municípios e com o
74 Estado, para ampliar as parcerias. Prof. Gilmar indagou sobre como funciona o custeio e a
75 contrapartida em relação do termo de cooperação e também como é realizado o processo e se existe
76 auditoria. Profa. Florianita esclareceu que o Setor de Convênios/UNIFESP acompanha e exige
77 diversos procedimentos e documentos, um deles é a necessidade de aprovação de algum conselho,
78 por isso fez o *ad referendum*, para que o termo de cooperação seguisse o fluxo interno. Katiucia
79 solicitou que a cópia do documento que foi apresentado ao setor de convênios fosse compartilhada
80 para os conselheiros e câmaras para que tenham o modelo quando buscarem novas iniciativas e
81 terem noção dos trâmites. Profa. Raiane respondeu aos conselheiros, ressaltou que o recurso é
82 pequeno e terá uma equipe mínima em que a Escola de Governo da Câmara Municipal fará o
83 pagamento direto de bolsas para 10 pessoas num prazo de 3 meses e já existem reflexos positivos
84 para ampliar esta iniciativa em outros municípios, por exemplo a prefeitura de Taboão da Serra. Prof.

85 Sérgio a) parabenizou a natureza da proposta bem como a relevância, visto os grandes desafios na
86 área educacional em trabalhar direitos humanos, bem como da necessidade de investir mais nestas
87 iniciativas, b) destacou que no plano institucional todas as iniciativas necessitam ser avaliadas, o
88 conselho deve acompanhar no sentido de dar o apoio e também alcançar a difusão, então precisa
89 pautar quais serão os mecanismos que iremos adotar para acompanhar estes projetos, c)
90 perspectiva do fomento, existem áreas que podemos propor parcerias e propostas, mas precisa ver
91 quais estruturas vão acompanhar essas atividades, citou o exemplo do Núcleo de Estudos de
92 Políticas Públicas- NEPP, órgão complementar da UNICAMP, que é reconhecido e facilita estas
93 atividades de convênios com prefeituras e estado; então frisou que precisamos pensar um modelo
94 para dar o suporte para receber mais propostas e acompanhá-las. Profa. Cíntia questionou como foi
95 o diálogo com as escolas de governo, a questão de poucos docentes deles e como foi a aproximação
96 para trazer esta demanda de Taboão da Serra, pois atua como professora de Políticas Públicas no
97 Campus Osasco e gostaria de conhecer melhor estes detalhes. Profa. Raiane informou que o
98 primeiro contato foi uma demanda da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo ,
99 que ao seguir com a possibilidade da parceria, socializou com a prefeitura de Taboão da Serra,
100 especificamente a Secretaria de Educação do município. Ainda é recente esta conversa com a
101 segunda demanda, frisa a importância de saber o que pode e o que não pode ser feito dentro da
102 legislação. Nesta ideia de dar visibilidade ao que fazemos acha importante fazer este diálogo via Pró-
103 Reitoria. Profa. Florianita complementou que as escolas de governo possuem uma estrutura
104 administrativo pedagógico, mas que buscam onde existem as expertises para realizar um
105 determinado curso, sendo a ENAP a escola de governo mais famosa. Quando existe a figura da
106 escola de governo o trâmite para aprovar o convênio é facilitado, mas quando não tem escola de
107 governo também há outras formas para aprovação. Sobre a questão da Katiucia, profa. Florianita
108 concorda em repassar os modelos para que as câmaras fiquem mais seguras, e frisou que cada
109 convênio possui uma característica e que é interessante que cada um tenha as normas
110 disponibilizada pelo setor de convênios e que façam as anotações, pois existem vários
111 detalhamentos. Disse ainda que tem vários convênios que estão em andamento e alguns que estão
112 quase na fase de fazer o relatório final e seria interessante trazer para uma apresentação ao
113 conselho. Profa. Maria Magda concordou com a questão da avaliação e a questão do
114 acompanhamento. Ressaltou que há uma documentação e etapas para serem cumpridas e em caso
115 de dúvida basta entrar em contato com o setor de convênios que eles orientam. Citou o caso em
116 tramitação do convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo que envolve a graduação,
117 extensão, frisando que não conseguiram aprovar por questões técnicas; outros convênios menores,
118 que são para a graduação, e não envolvem recurso são mais fáceis de serem aprovados. Prof.
119 Gilmar citou algumas dificuldades que está vivenciando com Residentes da Neurocirurgia - está difícil
120 de organizar um convênio para promover treinamentos, pois esbarra na questão de como o
121 profissional nosso atuará como preceptor em outro local que é da SPDM, ao qual já existe um
122 convênio, então precisa sanar estas dúvidas. Katiucia também solicitou orientação sobre projetos de
123 extensão que envolvam consultoria. Profa. Florianita citou que existe o CECANE da Baixada
124 Santista, mas precisa ver se contempla a proposta da Câmara de São José dos Campos. Profa.
125 Solange solicitou esclarecimento sobre as residências multiprofissional e a médica, pois houve a
126 tentativa de se fazer um convênio unificado para estágio para as residências e para a graduação e

127 por algum motivo está impedido. Profa. Florianita relatou que ficou sabendo das dificuldades pelo
128 Ministério da Saúde e seria mais fácil se fosse informada pela COREME e pela COREMU, mas acha
129 que pode ser fácil a resolução. Profa. Maria Magda esclareceu que o processo passou pela
130 Congregação da EPE e seguindo o fluxo deve chegar para a PROEC. A Presidente da sessão
131 colocou o Ad referendum: Termo de Cooperação com a Câmara Municipal de São Paulo em votação
132 e foi aprovado por unanimidade. **2) Termo de cooperação com Memorial de América Latina** -
133 Profa. Florianita apresentou ao conselho a proposta do Termo de cooperação que não envolve
134 recursos financeiros. Citou que diversos docentes, de diferentes campi, já fazem trabalhos com o
135 Memorial da América Latina, o que envolve consultorias, usos dos espaços e facilita o intercâmbio
136 com a América Latina. É importante que o Conselho saiba que existe a possibilidade de futuramente
137 ocorrer alguma captação e nesta situação será feito um termo específico. Sendo assim, há
138 necessidade de formalizar esta parceria. Informou que neste momento o Prof.Fabio (Campus
139 Osasco) e a Profa. Yanet Aguilera (Campus Guarulhos) estão coordenando e, inclusive, já possuem
140 atividades em conjunto com o Memorial da América Latina. Ressaltou, que embora a coordenação
141 esteja com os professores de Guarulhos e de Osasco, a parceria é da UNIFESP e todos os campi
142 estão contemplados e podem participar. Katiucia requisitou o texto dos termos, inclusive das
143 parcerias do Banco do Brasil e do Banco Santander para conhecerem melhor os itens contemplados
144 pelos editais. Profa. Florianita salientou a importância de a Câmara encaminhar a dúvida,
145 primeiramente, para a PROEC, mas no caso dos bancos não somos nós que definimos o objeto da
146 parceria, na realidade existe um edital específico, em forma de patrocínios, em que os bancos
147 definem os itens que serão contemplados. Profa. Ligia concordou com a Katiucia e informou que o
148 cursinho de Diadema este ano vai precisar de ajuda complementar para a compra de apostilas e
149 relatou que das dificuldades de se ter a informação e como encaminhar. Profa. Florianita concordou
150 que existem muitas confusões mas com o banco temos o patrocínio onde existe uma carta em que
151 ele diz o que será feito a cada ano, esse ano foi contemplado cursinho e definimos que o recurso
152 seria para pagar bolsas, se for confeccionar apostila terá que retirar as bolsas e reorganizar, no
153 momento temos que verificar se o banco se dispõe a aumentar o recurso destinado aos cursinhos
154 para então fazer as apostilas, mas não irá verificar apenas para o Campus Diadema e sim para
155 todos os campi, este é um fluxo que precisa passar pela PROEC. Prof. Sérgio salientou duas
156 questões a respeito da organização e da orientação, pois existem situações novas que estão sendo
157 organizadas e outras que estão organizadas mas precisam ser difundidas, por exemplo, para todo
158 convênio é aberto um processo e existe a ferramenta de busca de processos do site da UNIFESP
159 em que é possível verificar o último trâmite e quem recebeu o processo, ainda não temos a
160 organização bem definida sendo importante a existência do arquivo setorial e que siga os princípios
161 da arquivística, o outro passo, após a localização do documento e existindo dúvidas, surge a questão
162 da orientação ao qual devemos recorrer a PROEC. A Pró-Reitora colocou o Termo de cooperação
163 com o Memorial da América Latina em votação e ele foi aprovado por unanimidade. Profa. Solange
164 esclareceu sobre os convênios que envolvem estágios, cuja a responsabilidade de assinar é da
165 reitora. Em 2015 a reitoria realizou uma reunião com a COREME e a COREMU sobre o convênio e irá
166 localizar o processo e manifestou desejo de se reunir para conversar sobre o convênio. Profa.
167 Florianita continuou com a apresentação da pauta **3) Proposta de Adesão de Supervisão do**
168 **Programa Mais Médicos para o Brasil**, em que a UNIFESP já atua realizando a supervisão das

169 atividades presenciais pelo PROVAB e pelo UNASUS PROVAB, com 05 cursos de especialização
170 Lato Sensu, além de cursos de Extensão oferecidos pelo Departamento de Letras (Campus
171 Guarulhos) visando o acolhimento de médicos intercambistas do PMMB visando o aprimoramento da
172 língua portuguesa. Em 2016 houve mudanças oriundas do MEC, sendo assim, a adesão será para a
173 continuidade do que já realizamos. A Pró-Reitora fez a leitura do Ofício que será encaminhado ao
174 MEC e que será assinado em conjunto com a Profa. Soraya, Reitora da UNIFESP, após isso
175 esclareceu sobre os participantes do curso que são profissionais da saúde do SUS que em sua
176 maioria trabalham nos municípios, este vínculo faz com que o abandono do curso seja bem pequeno
177 em relação aos demais cursos EAD que normalmente possuem 30% de abandono. A Presidente
178 colocou a proposta em votação e foi aprovada por unanimidade. 4) Comissão de estudo de
179 viabilidade de implementação dos 10% de atividades de extensão no currículo da graduação: Profa.
180 Florianita relatou que a primeira comissão encerrou as atividades com entrega do relatório ao
181 Conselho de Extensão e ao Conselho de Graduação, agora precisa dar continuidade aos trabalhos
182 para a próxima etapa. Na última reunião houve a discussão do relatório e a ideia é que a Profa.
183 Raiane continue na comissão e que o conselho indique mais 2 pessoas para compor a comissão e
184 assim continuar os trabalhos. Profa. Raiane explicou que também apresentou o relatório no Conselho
185 de Graduação, e a discussão traz um indicativo para a nova comissão prosseguir com os trabalhos e
186 as possibilidades de implementação, assim com a aprovação do relatório e de suas proposições
187 precisa escolher as pessoas que vão prosseguir, uma das propostas é que teremos 2016 para
188 implantar e em 2017 iniciar a curricularização. Profa. Mariana apresentou dúvida se houve a
189 aprovação do relatório e dos itens assim como a primeira comissão propos. Profa. Maria Magda
190 também teve o mesmo entendimento que foi uma apresentação do trabalho que a comissão
191 desenvolveu em 2015 que levantou elementos que devem ser discutidos. Profa. Ligia disse que acha
192 que o relatório foi aprovado, tem itens que a próxima comissão tem que avaliar como irá fazer, mas o
193 relatório foi aprovado e agora terá uma próxima etapa que dará andamento para isso o conselho irá
194 votar a próxima comissão e ela que trará os elementos para a discussão. Profa. Raiane esclareceu
195 que o relatório foi apresentado e tinha algumas propostas que são orientadoras para o trabalho da
196 próxima comissão. Ressaltou que entendeu que o relatório foi aprovado. Teve discussão do prazo e
197 possibilidades de implementação. O conselho aprovando o relatório também aprovou as
198 proposições, que são genéricas, portanto exige que a outra comissão trabalhe as propostas. Assim
199 como a comissão antiga acatou as discussões do conselho, como por exemplo avaliar cursos mais
200 novos e também cursos mais antigos, a nova comissão terá que seguir as orientações do conselho.
201 Prof. Fabio questionou como vai ser a próxima etapa e qual vai ser o trabalho para a próxima
202 comissão, se haverá continuidade do diagnóstico ou já irá para a ação. Profa. Raiane relatou que
203 com base no diagnóstico feito, que foi representativo da realidade dos cursos, há cursos novos e
204 antigos, noturnos, integrais, vespertinos e de áreas distintas, deve existir orientações e princípios que
205 cada curso vai ter que conversar pontualmente para implementar. Profa. Florianita salientou que a
206 comissão anterior foi indicada pela Pró-Reitoria, seguindo o combinado com o Conselho de
207 Extensão, ela seguiu as orientações dadas pelo conselho e apresentou o relatório. O prazo para a
208 curricularização é 2020, a comissão sugeriu começar em 2017, ou seja, 3 anos antes que dará a
209 oportunidade de implantar aos poucos e inclusive realizar os ajustes. Em relação ao relatório ele foi
210 aprovado quanto trabalho feito pela equipe. Profa. Ligia se propôs a participar da nova comissão.

211 Katiucia propôs consultar os membros antigos para saber se desejam continuar pois já possuem um
212 conhecimento amplo sobre o tema. Prof. Sergio expôs uma preocupação pois entraremos na etapa
213 da implementação e não existe uma forma única, para tratar essa questão tem que determinar uma
214 composição que consiga atinja seu objetivo e integrar com as comissões de curso e definir uma
215 estrutura que facilite, então podemos por exemplo definir que a comissão será composta por um de
216 cada campi, ou um de cada comissão de curso, para garantir a participação nestes trabalhos uma
217 vez que isto implicará em alterações no próprio curso. Profa. Lígia disse que há 2 instâncias, pois
218 temos o COEC e o CG, então podemos pensar que as câmaras de extensão e as câmaras de
219 graduação indiquem os nomes para compor a comissão. Katiucia concordou com a preocupação do
220 Prof. Sergio e acha interessante a composição que tenha um membro indicado pela Câmara de
221 Graduação e pela Câmara de Extensão. Prof. Julio alertou que embora ache pertinente que se tenha
222 os representantes de cada campi, acha que é difícil uma comissão grande se reunir. Profa. Mariana
223 concordou com Prof. Júlio, disse ainda que acredita que a comissão é representativa das câmaras e
224 os membros precisam ter conhecimento da legislação e ter subsídios para empoderar as câmaras
225 para trabalharem com seus cursos; um grupo muito grande dificulta as reuniões. Profa. Raiane
226 explicou como foi o trabalho da primeira comissão, em que houve dificuldade na agenda, a proposta
227 era se reunir com os coordenadores, câmara de extensão, câmara de graduação, NDE's com a
228 ciência da direção da unidade universitária e relatou que as reuniões aconteciam com os que se
229 colocaram disponíveis. Essa forma permitiu que muitos obtivessem conhecimento das atividades da
230 comissão. Profa. Florianita propôs que se mantenha 3 membros indicados pelo COEC e 3 membros
231 indicados pelo CG, mas que cada câmara indique um interlocutor para trabalhar em conjunto com a
232 comissão. Prof. Gilmar propôs que envie a solicitação do interlocutor para a Câmara de Extensão
233 formalmente. Profa. Ligia relatou que se em toda reunião do conselho um membro da comissão
234 apresentar o andamento dos trabalhos acredita que não será necessário o interlocutor. Prof. Sergio
235 alertou que dependendo como se estruturar a comissão pode repercutir nos limites das
236 possibilidades em que ter poucos significa que precisa de interlocução de alguém que goste e faça a
237 conexão, pois com poucos pode se tornar muito difícil a ponto de sacrificarmos o nosso objetivo final
238 e não implementar os 10% de extensão; neste sentido gostou da ideia do interlocutor, que embora
239 não seja oficialmente membro da comissão irá dar o apoio necessário para atingir o objetivo. Profa.
240 Florianita colocou a proposta em que a comissão tenha 3 membros indicados pelo COEC (Profa.
241 Raiane, Profa. Ligia e Profa. Luciana) e que cada câmara de extensão e cultura indique um
242 interlocutor para auxiliá-la e a proposta foi aprovada por unanimidade. **4) Regimento da PROEC** -
243 Prof. Sérgio, presidente do Grupo de trabalho responsável pelo Regimento da PROEC, relatou que
244 acredita que a Procuradoria fez considerações de um regimento diferente daquele que foi
245 enviado. Sendo assim, propôs dar vistas ao processo e a partir daí fará as ressalvas e os ajustes que
246 forem pertinentes e compartilhará com os conselheiros, para que numa próxima reunião possa
247 discutir. Profa. Elizete solicitou informações sobre o PROEXT e sobre as bolsas junto à PROEC. A
248 Profa. Florianita esclareceu que o PROEXT ainda não foi liberado e que as bolsas PROEC vão ser
249 definidas, mas existe o risco de diminuir o número de bolsas ofertadas em função do orçamento.
250 Encerrou a sessão comunicando aos conselheiros sobre o evento 39º FORPROEX Nacional que
251 acontecerá no mês de maio/2016 na UFABC de São Bernardo do Campo.

252